

"Reestruturação Urbana e Social da Fronteira: Mapeamentos e Debates"

RESUMO

Este projeto trata da identificação e mapeamento de regiões e grupos na cidade de Foz do Iguaçu de grande vulnerabilidade socioambiental, impactados por remoções involuntárias decorrentes da implantação de *grandes projetos urbanos*¹ em áreas com grande concentração de favelas, loteamentos irregulares/clandestinos, e ocupações.

O projeto tem também como objetivo o apoio às comunidades envolvidas com ferramentas de compreensão desse fenômeno urbano e de defesa do seu Direito à Moradia. Nesse sentido, o trabalho interfere no processo inicial (anterior a obra) de grande pressão sobre os moradores, colaborando com reflexões e informações claras sobre o projeto, sobre os impactos da remoção e sobre as ações propostas de mitigação.

Neste contexto, espera-se dimensionar os reais impactos desta transformação urbana em cadeia que envolve mais de 30 Grandes Projetos Urbanos na cidade, questionando análises subestimadas que apresentam pontualmente seus impactos em especial relacionados ao deslocamento populacional.

O PROJETO

Este projeto trata da reestruturação urbana da região de Foz do Iguaçu e de seus impactos ambientais². Estas transformações socioespaciais se darão com a implantação sobreposta de grandes projetos urbanos em áreas com grande concentração de ocupações irregulares.

Nos próximos anos estão previstos para esta região projetos de grande impacto como o Projeto Beira Foz, Autódromo Internacional, nova Ponte da Amizade, ampliação do Aeroporto, além de praças, viadutos, duplicação de vias, shoppings, centros administrativos,

¹Estes grandes projetos urbanos, caracterizam-se por intervenções físicas sobre a malha urbana, com grandes impactos sociais e ambientais e que decorrem de vultosas inversões de recursos públicos em parceria com o setor privado.

² Adota-se nesta pesquisa o conceito de Impacto Ambiental definido pela resolução 001 de 23 de Maio de 1986 (disponível em www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html), como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetam: 1- saúde, 2- atividades sociais e econômicas, 3- a biota, 4 as condições estéticas, 5 a qualidade dos recursos ambientais.

equipamentos públicos, novos hotéis de grande porte, indústria farmacêutica, centro cívico, condomínios de luxo, entre outros projetos.

Espera-se ao mapear esse conjunto de projetos, dimensionar os reais impactos desta transformação urbana em cadeia, questionando análises subestimadas que apresentam pontualmente seus impactos em especial relacionados ao deslocamento populacional.

As ações do projeto serão realizadas a partir de debates e do levantamento de denúncias junto aos movimentos sociais locais, comunidades e grupos organizados da região, da análise documental dos projetos urbanos, de pesquisas e vistorias de campo, e do acompanhamento de notícias nas diferentes mídias, gerando um banco de dados disponibilizados em blog do projeto.

Ressalta-se que as propostas de ações serão desenvolvidas a partir de uma rede de colaboradores constituídas por: Universidades parceiras que trabalham com a mesma temática (Universidade de São Paulo, Universidade Federal do ABC/ProEx, RUTGERS University, Paris X, Universidade São Judas Tadeu; Movimentos sociais e Entidades de Proteção dos Direitos Humanos (União dos Movimentos de Moradia, Assembléia Popular, Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu, Movimento Nacional de Luta pela Moradia). Esta rede de apoio constituiu-se nos últimos 10 anos, ao longo de diversos trabalhos desenvolvidos pela coordenadora do projeto sobre remoções forçadas, na qual organizou publicações e coordenou de pesquisas e projetos de extensão em São Paulo (FAUUSP e Universidade São Judas Tadeu). Além disso desenvolve seu pós doutorado atualmente sobre o tema (UFABC).

Nesta nova aproximação no contexto da Tríplice Fronteira, espera-se ampliar o conhecimento sobre o fenômeno das remoções habitacionais, com vistas a aprimorar as políticas de intervenção e mitigação de seus impactos junto as populações afetadas.

Assim, é essencial o desenvolvimento deste trabalho no processo inicial (anterior às obras) de grande pressão sobre os moradores, colaborando com reflexões e informações claras sobre o projeto, os impactos da remoção, sobre as ações propostas de permanência, salvaguardas, mitigação ou compensação, por meio da organização de mapas, boletins e quando possível planos alternativos às remoções, a serem desenvolvidos de forma colaborativa com as comunidades afetadas. A formulação destes documentos tem como objetivo também, contribuir com novas reflexões junto ao poder público e executores/financiadores.

CONTEXTO DAS REMOÇÕES E JUSTIFICATIVA

Os projetos urbanos de diversas ordens, são atualmente os protagonistas das transformações urbanas, econômicas e sociais nas cidades, e tem como base uma lógica empreendedorista de planejamento urbano (Harvey, 1989).

De acordo com Cuenya (2011:186) este processo amplia os conflitos destes territórios, por produzirem modificações no valor do solo, na função física espacial e nos mecanismos de gestão pública. Neste sentido, os planos urbanos e projetos, acabam por regular a ocupação do solo, no qual a lei de mercado precede a lei ou norma jurídica do Estado (Maricato, 1999), envolvendo o setor privado³ na produção do espaço urbano (Alvim, 2011).

Nas cidades, significa atender a um mercado restrito de maior renda que vem sendo aplicado tanto em áreas centrais como, mais recentemente, em regiões periféricas. Nestas periferias, não são quarteirões com prédios deteriorados ou ociosos com excelente localização que serão objetos de transformação, mas áreas com grande concentração de favelas e loteamentos irregulares que demandam um valor de remoção muito baixo e que, portanto - na concepção do mercado - podem ser rapidamente transformadas em "zonas livres" com potencial para atrair novos investimentos.

Diferente do que se questiona sobre esse tipo de urbanismo de que o mesmo potencializaria os efeitos excludentes da urbanização contemporânea ao focar investimentos em regiões centrais da cidade em detrimento de áreas carentes em infraestrutura, colocamos em questão que esse mesmo urbanismo quando direcionado para essas áreas consideradas periféricas, - entendendo este direcionamento como apropriação desses territórios por interesses empresariais - , também reproduz um efeito altamente excludente. Ou seja, quando estes tecidos urbanos passam a fazer parte de novos eixos de valorização da cidade, sua população é novamente expulsa e as remoções neste contexto, seriam instrumentos importantes para assegurar esse tipo de reestruturação urbana em que o capital explora o espaço urbano.

Nesse sentido a cidade não é só uma mercadoria, mas como diz Vainer (2000:83), uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite. Para ser competitiva em um mercado em

³ Com mais recursos, as cidades atualmente competem para atrair capital e consumidores, tendo agora como ferramentas de atração os megaeventos e os megaprojetos, que representam mais do que grandes redesenhos da paisagem. Apresentam-se como uma tendência de fortalecimento do modelo de planejamento que privilegia o "empreendedorismo urbano", que transforma as cidades em projetos especulativos fundados na parceria público - privado (Santos Jr, 2011, p.09 apud David Harvey).

que outras cidades no país e no mundo também estão a venda (Vainer,2000:78), não é possível manter espaços considerados "degradados", como os assentamentos populares.

O que está sendo colocado a venda nesta reestruturação é uma cidade com "qualidade de vida" (mobilidade, infraestrutura, áreas verdes, serviços financeiros e de telecomunicações, lazer, cultura entre outros). A "desordem urbana" de territórios autoconstruídos seriam deste modo um problema paisagístico que influi no valor do solo e nas decisões de planejamento (Borja, 1997), e a remoção dessas áreas, uma ação estratégica que compõe o projeto urbano. Neste contexto, podemos dizer que a remoção é tanto condição quanto resultado/impacto da reestruturação urbana.

Esta situação é facilitada pela manipulação da imagem destes assentamentos, no qual soma-se a vulnerabilidade real destas paisagens a uma série de interpretações negativas que legitimam essas ações. De acordo com Polli (2007), Chalhoub (2001) é antiga a associação da desordem urbana dos assentamentos aos "males" da cidade. Esta representação tiveram início no século XX sob a justificativa de uma perspectiva sanitária, no qual o poder público da época buscava eliminar qualquer mau hábito da população considerada "marginal", o que significava em especial, extinguir qualquer tipo de moradia não alinhada com o padrão de limpeza da ciência do higienismo (Silva, 2010:16).

Com o passar das décadas, as remoções passam a compor políticas habitacionais em especial a partir da década de 1960, que de acordo com Silva (1981: 17-18), se caracterizaram por grandes deslocamentos da população favelada de áreas nobres e ou centrais para locais muito distantes, muitas vezes sem qualquer infraestrutura. Essa lógica de afastamento, foi fortalecida nesse período por um novo ideário sobre esses assentamentos, agora representados não só como espaços insalubres mas também como espaços da violência. Esse processo muda nas décadas de 1980 e 1990 com a abertura política do país, quando há um esvaziamento dessas propostas remocionistas. Pela primeira vez, as políticas de urbanização se apresentaram como alternativa viável no sentido de considerar as favelas como parte integrante da cidade(Silva, 2010).

Atualmente a questão ambiental passou a ser um determinante importante para retomar as ações remocionistas em favelas, contrariando um período recente de conquistas de direitos e de redemocratização do país⁴. Compans(2007), afirma que essa representação social é

4 Segundo OMENA(2012) a trajetória recente de gestão democrática da cidade referente as políticas urbanas se dá inicialmente em 2003 com a Criação do Ministério da Cidade e a instituição da I Conferência Nacional das Cidades no

apoiada pelo saber técnico-científico que por vezes associa aos assentamentos os danos ao meio ambiente.

É importante destacar, que a relevância ambiental de algumas áreas ocupadas por favelas, se dá paralela a transformação dessas regiões periféricas em áreas potenciais para a especulação imobiliária, ou seja, os conflitos ambientais e urbanos destas regiões seriam uma oportunidade para implementação de estratégias de recuperação urbana como aponta Ascher (2010).

Atualmente podemos dizer que temos uma associação cumulativa de tais representações, na qual a desordem urbana, é associada a insalubridade, a violência e agora a degradação ambiental. Ou seja, mesmo em um processo de consolidação urbana, ou regularização fundiária pesa sobre esses territórios outras formas pejorativas de entendimento de sua constituição, situação que deixa esses moradores sempre vulneráveis a um novo deslocamento habitacional. Essa expulsão contínua é reforçada muitas vezes por atendimentos habitacionais pautados por baixas indenizações, não sendo possível a compra de um imóvel fora de áreas irregulares, de importância ambiental ou mesmo de risco.

Na região da Tríplice Fronteira as transformações urbanas não são diferentes. Em toda a cidade de Foz do Iguaçu, estão sendo pensados mais de 30 grandes projetos urbanos para os próximos anos, muitos desses projetos se concentram na margem do Rio Paraná entre Itaipu e o Marco das Três Fronteiras, uma região considerada de "violência e contrabando". Nesta região, existe uma sobreposição de projetos que visam sua "revitalização", e que se dará a partir da construção de condomínios residenciais de luxo, hotéis, bases das polícias Federal, Ambiental, e da Marinha em áreas na beira do rio, nova ponte, novos eixos rodoviários, parques, teatro municipal, centro cultural, balneários, entre outros.

De acordo com seus proponentes (poder público e empresários da região) com essa

mesmo ano da sua criação. Em 2004 com a criação do Conselho Nacional das Cidades –garantir a participação da sociedade e integrar as políticas de habitação, de uso e ocupação do solo, de saneamento ambiental e de mobilidade. Em 2005 com a aprovação da Lei Nacional de Habitação de Interesse Social –fundo (recursos), plano e conselho em âmbito nacional, estadual e municipal. Em 2006 –2007 com a Revisão dos Planos Diretores –Campanha Nacional pela Elaboração de PDs Participativos –disseminação dos Conselhos da Cidade. Em 2007 também com o Lançamento do PAC habitação e saneamento. Em 2009 com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida – recursos federais para os projetos das construtoras e para subsidiar e financiar à aquisição da casa própria para as famílias de 0 a 10 salários mínimos. Porém, essa interrupção da política urbana democrática se dá segundo o autor porque: a) os projetos do PAC e do MCMV não foram objeto de deliberação nos Conselhos das Cidades; b) as intervenções urbanas ligadas à Copa e às Olimpíadas não foram debatidas com a sociedade, não abarcam o conjunto da cidade; e geram grande valorização imobiliária –tendência de apropriação pelo setor privado; c) os prazos para elaboração dos planos de habitação e saneamento foram seguidamente adiados; d) a maior parte dos recursos para habitação está fora do FNHIS; e) paralisação de programas nacionais importantes –Ex. Comissão junto às Secretarias do Patrimônio da União -SPU –imóveis da União para HIS; f) prioridade no crescimento econômico –centralidade na atração do capital privado e nas obras em detrimento do planejamento com participação popular -deslocamento do processo decisório.

reestruturação será possível "trazer a população para perto do Rio Paraná" desconsiderando as mais de 2000 famílias já moradoras das favelas em sua margem e que serão removidas.

Na região as discussões sobre os impactos negativos de tal reestruturação urbana em cadeia inexistem, as críticas dos movimentos ambientais e sociais são pontuais o que amplia a violência de tal processo. Isto porque, podemos dizer que todos esses projetos foram desenvolvidos de forma descontextualizada (um não considera o outro em seu diagnóstico e realização), porém apresentam-se interconectados em seus discursos ideológicos, sendo apresentados como instrumentos potenciais para a "recuperação" urbana.

O projeto que se destaca neste contexto é o Beira Foz - Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Integrado, que alinhava essa complexa transformação. Ao longo de seu eixo viário junto ao Rio Paraná existirão novos espaços de lazer e eventos que potencializarão novas formas de acumulação e consumo, tornando a fronteira neste contexto um espaço com grande potencial para novos produtos imobiliários.

Com a construção desta imagem, os efeitos sobre o preço da terra e dos imóveis já se fazem sentir, só no primeiro trimestre de 2014 com a possibilidade de implantação de alguns desses projetos, os imóveis tiveram um aumento de 8% (Inpespar). Essas mudanças reforçam a expulsão da população mais pobre não necessariamente moradora de áreas irregulares, já que esse aumento se reflete nos aluguéis e nos impostos, reforçando e criando novas fronteiras urbanas.

Deve-se atentar que a partir de estratégias de marketing urbano, os impactos sociais de tal reestruturação são diluídos. Assim a cidade de Foz do Iguaçu, vem sendo apresentada sob outras imagens que não só a de "Maravilhas da Natureza", mas como "Destino do Mundo", "Hub do Mercosul e Países Andinos" e "Cidade de Eventos". O turismo se amplia para o setor empresarial formal, que de acordo com o Fundo de Desenvolvimento Empresarial da cidade, é estratégico para o desenvolvimento e para mudar a imagem como a *cidade dos sacoleiros, contrabando, tráfico de drogas e armas*.

Trabalha-se o consenso entre a população da região sobre a necessidade da transformação desta paisagem, dando valor as representações na mídia de "qualidade de vida", no qual a beira do rio é um espaço "nobre" freqüentado por famílias brancas, como pode ser visto na propaganda do projeto em vídeo atualmente disponibilizado na internet. No senso comum, não é associado a um projeto imposto por parcerias público e privadas, e sim como a realização

de um "desejo" da cidade, sendo lançado estrategicamente em paralelo a uma série de discussões e debates sobre a **crise** na região. Assim, no vídeo de apresentação do projeto as favelas somem e se tornam parques, diferente dos espaços de serviços múltiplos no qual empresários de diversos setores irão receber incentivos fiscais para ocupar a mesma margem.

De acordo com Vainer (2000:94)apud Forn y Foxa (1993:11) a crise em si não é condição para legitimar os grandes projetos urbanos e sim sua percepção". O autor lembra que o sentimento de "união para a salvação urbana" pode ser passageira, com isso o mesmo deve ser estimulado a se transformar em patriotismo de cidade. Assim, utilizando-se da percepção da população sobre a crise na região fronteira, é fortalecida a instauração do discurso ideológico de requalificação urbana e ambiental, legitimando um projeto hegemônico de cidade no qual a população pobre moradora dessas regiões, não irá usufruir dessas transformações, mantendo desta maneira sua condição de subcidadãos, expulsos para áreas distantes e carentes.

“Reproduz-se uma forma de expansão urbana extremamente dilapidadora para aqueles que não têm recursos econômicos e políticos para pagar o preço de um progresso altamente espoliativo.” (KOWARICK, 2000:28)

OBJETIVOS

- Dimensionar os processos de remoções forçadas de populações de baixa renda na cidade de Foz do Iguaçu.
- Subsidiar comunidades afetadas, bem como organizações de direitos humanos localizadas na cidade com ferramentas de conhecimento e análise da situação, fortalecendo um processo emancipatório e de defesa do Direito à Moradia.
- Organizar um Banco de Dados online, com o mapeamento dos projetos urbanos previstos sobreposto a cartografia de ocupações irregulares da cidade.
- Lançar as bases para a constituição de uma "Escola Popular de Planejamento da Cidade", espaço no qual serão desenvolvidos debates e ações sobre os deslocamentos populacionais e os direitos das populações atingidas.

METODOLOGIA

5 KOWARICK (2000:10) fala sobre a expressão espacial da subcidadania, a qual se manifesta, segundo o autor, na "irregularidade, ilegalidade ou clandestinidade, face um ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade socioeconômica da maioria, nega o acesso a benefícios básicos para a vida nas cidades".

Este trabalho fundamenta-se na metodologia da pesquisa-ação, por pressupor ao longo da pesquisa a existência comum, a comunicação e a produção recíproca entre estudantes, professores e moradores, bem como o aprendizado com a experiência.

A metodologia da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2002, FRANCO, 2007, ELLIOTT, 1994, TRIPP, 2005, BRANDÃO, 1986) será adotada sob uma perspectiva existencial (BARBIER, 2007). Fundamentalmente, constitui-se como um modelo aberto de pesquisa-ação, que inclui seu caráter interventivo-crítico. Assim, as transformações na paisagem estudadas serão percebidas de forma sensível e cognitiva ao longo de uma imersão de campo nas comunidades. Sensível, na medida em que faculdades como intuição, criação e improvisação, são solicitadas no processo de conhecimento. Cognitiva porque há todo um processo crítico que se elabora sobre essas percepções e ações a partir do confronto com os fundamentos teóricos.

As formas de produzir o conhecimento colaborativo entre universidade, comunidades ameaçadas pelas remoções e organização de defesa de direitos humanos e de moradia, serão elaboradas deste modo estando na paisagem, desvelando-a pela face interna, e ao mesmo tempo convidando seus sujeitos constituintes a distanciar-se do seu mundo vivido, problematizando-o e decodificando-o.

Esse processo, que podemos chamar de “educação para a compreensão e transformação da paisagem da fronteira”, parte da organização de mapeamentos e debates na cidade, como também da constituição de um espaço de produção de conhecimento e ações que deverá ser embrião de uma Escola Popular de Planejamento Urbano, um espaço de encontro crítico e de fertilização de saberes.

O projeto então assume um caráter emancipatório, reforçado pela metodologia pois mediante a participação consciente, os sujeitos passam a ter oportunidade de se libertar de mitos e preconceitos que organizam suas defesas à mudança e reorganizam a sua autoconcepção de sujeitos históricos” (PIMENTA 2005, apud FRANCO 2005:535).

ATIVIDADES

ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho será desenvolvido a partir de quatro etapas de ação e pesquisa, sendo estas:

1-Revisão Bibliográfica sobre a temática

Realização de uma revisão bibliográfica pelos bolsistas, com o objetivo de instrumentalizá-los com os principais conceitos implicados no projeto de extensão: planejamento estratégico, empreendedorismo urbano, exclusão social, e produção colaborativa de conhecimento.

2- Coleta de dados, mapeamento das remoções e difusão das informações

Será organizado um novo banco de dados sobre a remoção de moradias em decorrência da implantação de projetos urbanos na cidade de Foz do Iguaçu. A partir deste novo banco, serão gerados dois tipos de mapeamentos:

1- Mapa dos Grandes Projetos Urbanos: Este mapa tem como base a sobreposição dos perímetros de intervenção dos GPU aos perímetros de favelas e ocupações irregulares do município, o que permite a identificação dos setores com grande impacto ambiental.

2- O Mapa das Remoções: Neste mapa serão mapeadas comunidades em risco ou em processo de remoção. Estas áreas serão identificadas através de estudos de campo, junto à ONGS e entidades de proteção dos direitos humanos, movimentos sociais e universidades. A partir desta identificação é criada uma planilha eletrônica, que contém: nome do núcleo; localização; população; ano de início da ocupação; número de famílias atingidas (declarado pelo projeto, informado pela comunidade, já removidas e a serem removidas); justificativa formal da remoção (projeto urbano, situação de risco, urbanização de favelas, e ocupação de imóvel); a ocorrência da última remoção, data da última remoção, data da coleta a informação, observações gerais, fontes, e estágio de remoção (já removido, já notificado, com contrato de obras já assinado, com sobreposição de comunidades e perímetro de intervenção).

Além desses dados, devemos reunir informações sobre agentes e recursos envolvidos na reestruturação urbana e social, que serão disponibilizados em um blog do projeto juntamente com os mapas acima apresentados, bem como em sites instituições de direito e de pesquisa que tratam da mesma temática (OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES, AII). Também serão organizados boletins trimestrais a serem divulgados pela internet, bem como em forma impressa.

3- Ações nas comunidades vulneráveis às remoções

Do ponto de vista metodológico, os trabalhos serão realizados com bases nas práticas e princípios da educação popular (FREIRE, 1996) e da pesquisa ação participante (THIOLLENT, . Com auxílio de representantes de comunidades e atores locais e regionais ligados aos movimentos sociais e ativistas com profundo conhecimento dos territórios em questão. Serão

realizados debates na cidade sendo o critério de seleção destas regiões o grau de vulnerabilidade às remoções (número de famílias potencialmente atingidas direta e indiretamente) e estágio da remoção (dar-se-a- prioridade às áreas que ainda não foram iniciados os deslocamentos involuntários).

As comissões de moradores de cada comunidade serão convidadas e encorajadas a compor o embrião de uma "Escola Popular de Planejamento da Cidade", espaço no qual as comunidades irão debater de forma conjunta o contexto das remoções, seus direitos e ações estratégicas e táticas alternativas. Os encontros serão quinzenais e serão realizados no Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu, bem como serão realizados "intercâmbios", entre as comunidades para que possam conhecer as outras regiões que sofrem com os mesmos problemas e suas ações de resistência.

Espera-se a partir destes encontros proceder com o início da organização de relatórios-diagnósticos de denúncia, e quando possível propostas alternativas às remoções.

4- Relatório Final

Organização dos resultados do trabalho para divulgação pública, disponibilizado no blog do trabalho.

INDICADORES DE SUCESSO

O projeto, a ser desenvolvido em 12 meses, tem como indicadores de sucesso:

- Constituição de uma metodologia de coleta, armazenamento, análise e divulgação de dados sobre remoções forçadas, passível de ser replicada em outros contextos;
- número de pessoas das comunidades envolvidas e participação ou protagonismo das mesmas no processo de mobilização social e política, de produção colaborativa dos boletins;
- rede social formada nestas comunidades a partir destes estudos colaborativos e sua articulação com movimentos sociais de caráter regional e nacional;
- ações e articulação junto a instituições de defesa de direitos;
- interferência (incidência / influência) nos projetos urbanos previstos nas áreas de estudo, alteração de perímetros, reavaliação de impactos socioambientais;
- ampliação e difusão das informações sobre o fenômeno das remoções e aumento da visibilidade e do debate na sociedade.

- lançamento das bases para criação de uma "Escola Popular de Planejamento da Cidade".

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA															
ATIVIDADES	MESES												EQUIPE	HORAS SEMANAIS	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
COORDENAÇÃO/ORIENTAÇÃO														CECILIA ANGILELI	6
CO ORIENTAÇÃO														TIAGO BASTOS	6
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA														BOLSISTA 1	8
														BOLSISTA 2	8
														ORIENTADOR	4
														CO ORIENTADOR	4
LEVANTAMENTO DE DADOS PLANOS E PROJETOS														BOLSISTA 1	4
														BOLSISTA 2	4
														ORIENTADOR	2
														CO ORIENTADOR	2
DEBATES NAS COMUNIDADES (TOTAL 4 ENCONTROS)														BOLSISTA 1	6
														BOLSISTA 2	6
														ORIENTADOR	3
														CO ORIENTADOR	3
ESCOLA POPULAR DE PLANEJAMENTO URBANO (TOTAL 6 ENCONTROS)														BOLSISTA 1	6
														BOLSISTA 2	6
														ORIENTADOR	3
														CO ORIENTADOR	3
DIFUSÃO DO TRABALHO - BOLETINS TRIMESTRAL (TOTAL 4)														BOLSISTA 1	2
														BOLSISTA 2	2
														ORIENTADOR	2
														CO ORIENTADOR	2
DIFUSÃO DO TRABALHO - MAPAS BLOG DO PROJETO														BOLSISTA 1	4
														BOLSISTA 2	4
														ORIENTADOR	2
														CO ORIENTADOR	2
RELATÓRIO FINAL DO PROJETO														BOLSISTA 1	12
														BOLSISTA 2	12
														ORIENTADOR	6
														CO ORIENTADOR	6

ORÇAMENTO

ORÇAMENTO	
MATERIAL	VALOR R\$
1 COMPUTADOR	2500
1 CAMERA FOTOGRAFICA	300
1 CAMERA FILMADORA	800
1 PROJETOR	1000
MATERIAL GERAL (FOLHAS DE SULFITE, CANETA, PO DE CAFÉ)	208
TOTAL	4808,00

BIBLIOGRAFIA:

- ALVIM, Angelica. Cad. Metrop., São Paulo, v. 13, n. 25, pp. 213-233, jan/jun 2011
- ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado. Chão. Tese de Doutorado FAUUSP. 2012.
- ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado. Paisagens Reveladas no Cotidiano da Periferia. Dissertação de Mestrado FAU USP. 2007.
- ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado; Sandeville, Euler. Remoções na Serra da Cantareira. Caros Amigos, 2011.
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia, "A Cidade do Pensamento Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém, Maio de 2007.
- BARBIER, René. A pesquisa-ação. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz in Paisagem, Tempo e Cultura / Org. CORRÊA, Roberto Lobato, Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.
- Blancato, Rodolfo de Barros. Despejos sem ordem: histórias da periferia da grande São Paulo. 2011. Trabalho de Conclusão da Escola de comunicação e artes da USP.
- BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre experiência e o saber de experiência. Universidade de Barcelona. 2002.
- BOSI, Eclea . Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BRANDÃO, Carlos R. e STRECK, Danilo R. Pesquisa Participante. O saber da partilha. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.
- BRANDÃO, Carlos. O trabalho de saber. Cultura camponesa e escola rural. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Déficit habitacional no Brasil 2008 / Ministério das Cidades.
- CHALHOUB, S. Cidade Febril. São Paulo. Cia das Letras, 2001.
- CHERIATO, Sirlene Maria. Urbanidade Vira-Lata: Segregação Sócio-Espacial e Imaginário Urbano no Cinema Brasileiro. Dissertação de Mestrado FAUUSP. São Paulo, 2009.
- CLAVAL, Paul. A Contribuição Francesa ao Desenvolvimento da Abordagem Cultural na Geografia. In Introdução à Geografia Cultural. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CODATO, Henrique; SAMPAIO, Simone Sobral; LIMA, Eduardo R. O Cinema Ventriloquo de "UPP : a pacificação das favelas". Rio de Janeiro. Revista ECO POS, Vol. 14, No 1 (2011)
- COMPANS, Rose. *A Cidade Contra a Favela: a nova ameaça ambiental*. XII Encontro da CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. Apresentando Leituras sobre Paisagem, Tempo e Cultura. In Paisagens, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

- CUENYA, Beatriz. Cad. Metrop., São Paulo, v. 13, n. 25, pp. 185-212, jan/jun 2011.
- DEMO, Pedro. Participação é conquista. São Paulo: Cortez, 2009.
- DOWBOR, Ladislau. Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação Tecnologia, educação e democratização. 2001.
- FIX, Mariana. Moradores de favela vivem ciclo de despejo como política pública. Folha de São Paulo. (Out, 2010)
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. Educação e Pesquisa (USP) , são paulo, v. 31, n. n.3, p. 483-502, 2005
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010
- FREIRE, Paulo. A educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTUCA e INPE. ATLAS dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica. 2005 a 2008.
- FUNDONESP. Mapeamento de Risco Associado a Áreas de Encosta e Margens de Córregos nas Favelas do Município de São Paulo, 2003.
- GTA Assessoria Técnica. Diagnóstico - Plano de Ação Habitacional de Urbano para o Distrito de Brasilândia, 2003.
- HARVEY, David. Geografiska Annaler. Series B, Human Geography, Vol. 71, No. 1, The Roots of Geographical. Change: 1973 to the Present. (1989), pp. 3-17.
- KAPLÚN, Mario. Processos educativos e canais de comunicação. Revista Comunicação & Educação. São Paulo: Moderna / ECA-USP, p. 68-75, jan./abr. 1999.
- KOWARICK, Lúcio. Escritos Urbanos. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- LOPES, Gracia Lima. Educação pelos meios de comunicação: produção coletiva de comunicação na perspectiva da educomunicação. Tese FEA USP. São Paulo, 2009.
- MACHADO, Lucy. A Serra do Mar Paulista: Um Estudo de Paisagem Valorizada. Tese IGC UNESP. São Paulo, 1988.
- MANENTE, F. C. M. A Moradia Popular Chegou à Serra da Cantareira. Dissertação de Mestrado FFLCH USP. São Paulo, 2001.
- MARCONDES, Maria José de Azevedo. Cidade e Natureza _Proteção dos Mananciais e Exclusão Social, São Paulo: Ed. Studio Nobel, 1999.
- MARICATO, Ermínia T.M. (org.) A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- MARICATO, Ermínia T.M. MetrÓpole de São Paulo, entre o arcaico e a pós modernidade. In: SOUZA, M. A A de, e outros. MetrÓpole e globalização. 1999. Cedesp, São Paulo.
- MARQUES, Eduardo . TORRES, Haroldo. São Paulo Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais. São Paulo: Ed. Senac, 2005.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). Turismo e paisagem, São Paulo: Contexto, 2002.
- NEGRELOS E. P, « Avaliação de novos projetos urbanos metropolitanos. Limites do ente federativo municipal », *Cadernos MetrÓpole*, 2011, vol. 11, nº 22.
- OMENA, Erick. Grandes Investimentos e seus impactos no acesso à moradia: Copa, Olimpíadas e Porto Maravilha. Observatório das MetrÓpoles, 2012.
- PEREIRA, Sandra de Castro. Os Loteamentos Clandestinos no Distrito FFLCH USP. São Paulo, 2007.
- PERUZZO, Cicilia M. K. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. PetrÓpolis: Vozes, 1998.
- PMSP. SEHAB. PLANO DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO 2009 – 2024, 2009.
- PMSP. SMMA; SMPU. Atlas Ambiental do Município de São Paulo, 2001. Disponível em www.prodiam.so.gov.br/svma/atlas.
- POLLI, Simome Aparecida. Entre a preservação e a remoção. IV Encontro Nacional da Anppas 2007. Brasília - DF – Brasil
- RELPH, Eduard. C. As Bases Fenomenológicas da Geografia. In Geografia 4, abril, 1979.
- ROCHA, Oswaldo, A era das demolições. Rio de Janeiro, Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

- ROLNIK, Raquel. Megaeventos esportivos é tema de especial da Caros Amigos. 2011.
- SALVI, Ana Elena. A Imagem da Cidade no Cinema. Dissertação FAU USP. São Paulo, 2000.
- SANDEVILLE JR, Euler. Paisagens Enquanto Paisagem. São Paulo, 2006, inédito.
- SANTOS, Boaventura S. A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2011
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. 4. ed., São Paulo: Ed. Edusp, 2004.
- SANTOS, Myrian S. Memória Coletiva e Teoria Social, São Paulo: Ed. Annablume, 2003.
- SANTOSJr, Orlando. Cad. Metrop., São Paulo, v. 13, n. 25, pp. 9-13, jan/jun 2011
- SERPA, Ângelo. O Espaço Público na Cidade Contemporânea. São Paulo. Contexto, 2007.
- SERPA, Ângelo. O Trabalho de Campo em Geografia: Uma Abordagem Teórico-Metodológica. Boletim Paulista de Geografia, v. 84, p. 7-24, 2006.
- SERPA, Ângelo. Parâmetros para a construção de uma crítica dialético-fenomenológica da paisagem contemporânea. Formação (Presidente Prudente), v. 2, p. 14-22, 2007.
- SILVA, Dimas A. Evolução do Uso e Ocupação da Terra no Entorno dos Parques Estaduais da Cantareira e Alberto Lofgren e Impactos Ambientais Decorrentes do Crescimento Metropolitano. Dissertação FFLCH USP. São Paulo, 2000.
- SILVA, Humberto. A remoção repautada no Rio de Janeiro. Mestrado IPPUR RJ. 2010
- SILVA, Lucia S. Proteção Ambiental e Expansão Urbana : A ocupação ao Sul do Parque Estadual da Cantareira. Dissertação PROCAM USP. São Paulo, 2004.
- SILVA, Marcia Ap. da S. Percepção da Paisagem e Planejamento no Distrito de Brasilândia- SP. Tese FFLCH USP. São Paulo, 2002.
- SILVA; L. A; LEITE, Márcia da Silva Pereira. Urbanização X Remoção: uma polarização recente. V Encontro Anual da ANPOCS. Friburgo, 1981.
- TASSARA, E. T.; ARDANS, O. A relação entre ideologia e crítica nas políticas públicas:
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005
- TUAN, Yi-Fu. Um Estudo de Percepções, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: Difel, 1980.
- ULTRAMARI C. et REZENDE D. A, « Grandes projetos urbanos: conceitos e referenciais », *Ambiente Construído*, 2008, vol. 7, nº 2, pp. 7–14.
- Único”, Petrópolis, 2000 .

SITE:

PROJETO BEIRA FOZ. www.youtube.com/watch?v=rOixQZhqvB8

ANEXOS

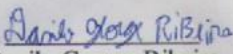


Foz do Iguaçu, 03 de outubro de 2014

A: Pró Reitoria de Extensão da Universidade da Integração Latino Americana (UNILA).

O Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu vem através deste documento apoiar o trabalho de extensão "**Reestruturação Urbana e Social da Fronteira: Mapeamentos e Debates**" a ser coordenado pela professora Dr. Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli.

Atenciosamente,


Danilo George Ribeiro
Vice-Presidente